

Revista Educação Especial :: edição: 2007 - Nº 30 > Editorial > Índice > Resumo >
Artigo

Reflexões sobre o perfil e expectativas dos participantes do Prolibras no Estado do Paraná

Laura Ceretta Moreira*
Sueli de Fátima Fernandes**

O presente artigo discorre brevemente sobre o Prolibras – Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais – Libras e de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa – que vem sendo ofertado, desde 2006, pelo Ministério da Educação, em parceria com o INEP e a Universidade Federal de Santa Catarina. Visa, entretanto, apresentar e discutir de forma mais específica aspectos referentes ao Prolibras no Estado do Paraná, a partir de uma pesquisa realizada com os participantes no ano de 2007, por meio de um questionário que objetivou conhecer o perfil dos candidatos, sua relação com a Língua Brasileira de Sinais – Libras e suas expectativas e impressões em relação à realização do referido exame. Foi possível concluir que quase que a totalidade dos candidatos é oriunda da área da Educação, tendo sido seu aprendizado da Libras realizado, fundamentalmente, nesse âmbito, com destaque às escolas e classes especiais. Candidatos de ambas as categorias – proficiência no uso e na tradução e interpretação – não apresentam qualificação profissional formal anterior para atuação nas funções pretendidas. Em razão dos objetivos dos participantes estarem vinculados a sua atuação no mundo profissional, a formação continuada é a demanda mais significativa dos futuros desdobramentos do Prolibras no âmbito das políticas públicas.

Palavras-chave: Prolibras. Língua Brasileira de Sinais. Surdos.

* Doutora em Educação pela USP, professora adjunta do Setor de Educação da UFPR, coordenadora local do Prolibras no estado do Paraná nas edições 2006 e 2007.

** Doutora em Letras pela UFPR, assessora técnico-pedagógica do Departamento de Educação Especial da SEED-PR, coordenadora local dos fiscais intérpretes do Prolibras no Estado do Paraná nas edições 2006 e 2007.

1. Introdução

O Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais – Libras e o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa, denominado Prolibras, é um programa promovido pelo Ministério da Educação e desenvolvido por Instituições de Educação Superior. Foi implantado em 2006 pela Portaria Normativa MEC nº. 11, de 09/08/06 e visa cumprir a Lei 10.436/02 e o Decreto 5.626/05, textos legais que, entre outros aspectos, oficializam a Libras em território nacional e estabelecem diretrizes para a implementação de políticas de difusão e ensino da língua de sinais pelos sistemas de ensino. Em suas duas edições¹ vem sendo realizado pela parceria entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” – INEP, o Ministério da Educação e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição esta que realiza a coordenação nacional do referido exame.

O Prolibras certifica pessoas, surdas ou ouvintes, fluentes em Libras, aprovadas no exame de proficiência em Libras, interessadas em ser docentes da Libras, sobretudo, nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e pessoas, ouvintes, fluentes em Libras, aprovadas no exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras que desejem exercer esta função, principalmente, nas instituições de ensino.

De acordo com o MEC/INEP (2006), o Prolibras está constituído de duas etapas. A 1ª etapa compreende uma prova objetiva em Libras, gravada em DVD, de caráter eliminatório, comum para os dois grupos de participantes. A 2ª etapa esta constituída por partes diferenciadas para cada grupo de participantes distribuídas em prova didática em Libras e prova prática de tradução e interpretação.

O Prolibras é realizado nas 27 capitais brasileiras, onde uma instituição pública de ensino superior é a responsável local pela organização da infra-estrutura necessária para a ocorrência do exame. Em linhas gerais, as IES aplicadoras locais recebem as orientações da coordenação nacional (UFSC) acerca das condições necessárias a serem garantidas para a realização da prova.

Delineados os objetivos e estratégias gerais para a operacionalização do Prolibras, gostaríamos de destacar a complexidade que a análise desse processo suscita, contextualizando o momento histórico em que ele se manifesta, no qual pessoas surdas e seus familiares, vinculados a movimentos politicamente organizados, lutam pela afirmação de direitos sociais que lhes foram negados ao longo do

último século. Entre suas reivindicações mais importantes, figura o direito à utilização da língua de sinais nos diferentes contextos de interação social e acesso ao conhecimento e o reconhecimento da existência da cultura surda. O exercício desse direito implica reflexo imediato nas políticas educacionais e práticas sociais.

Do ponto de vista das políticas públicas, o Prolibras integra um conjunto de ações do Poder Público que, a partir da década de 1990, difundiu-se de forma mais efetiva para dar resposta às recomendações, políticas e práticas que configuram o movimento internacional pela inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Para a comunidade surda, o Exame representa uma das inúmeras possibilidades de reconhecimento político da diferença lingüística e cultural manifestada pelos seus membros, principalmente, pelo uso da língua brasileira de sinais. A oficialização da Libras e a garantia de seu uso, como primeira língua, na comunicação, interação e aprendizagem dos surdos, ao mesmo tempo que legitima uma reivindicação antiga, tem como decorrência importantes desdobramentos na situação lingüística nacional. Seus ecos mais ressonantes são percebidos no ambiente escolar e, conseqüentemente, nas práticas curriculares envolvidas nos diferentes níveis e modalidades dos sistemas de ensino, considerando que, da compreensão dos surdos como minoria lingüística², decorre a necessidade de efetivação de uma política de educação bilíngüe nacional.

Com essas reflexões iniciais, passamos a detalhar alguns aspectos da pesquisa que empreendemos com os candidatos participantes da segunda etapa do Prolibras no estado do Paraná, em sua segunda edição, realizado em outubro de 2007.

2. O Prolibras no Estado do Paraná

No Estado do Paraná a coordenação local das duas edições do Prolibras ficou sob a responsabilidade da Universidade Federal do Paraná, por meio do Setor de Educação, com apoio do Napne³ (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da UFPR).

Conforme relatório estatístico por local, certificação e categoria, divulgado pelo MEC/INEP – UFSC, na primeira edição do Prolibras realizado em janeiro de 2007, o Paraná foi o segundo estado em número de inscritos na primeira etapa, com 472 candidatos; destes, 238 candidatos foram habilitados a realizar a prova prática (50.42%) e 114 foram aprovados, correspondendo a 47,90% de aprovação no estado. Já na segunda edição, realizada em outubro de 2007, inscreveram-se 342 candidatos; destes 195 foram habilitados a realizar a prova prática (57.02%), sendo 101 aprovados, portanto, com percentual final de 51,79% de aprovação. Nessa segunda edição do Exame, o Paraná foi o quarto estado em número de inscritos, abaixo de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

3. Caminhos da Pesquisa

3.1 Participantes

Dos 195 candidatos habilitados para a segunda fase do Prolibras no Estado do Paraná, realizado em outubro de 2007, 171 (88%) responderam ao instrumento de pesquisa⁴.

3.2 Material

Para a coleta de dados foi organizado um questionário impresso com 21 questões abertas e fechadas. O instrumento enfatizava três eixos temáticos: identificação e perfil dos candidatos, aspectos relacionados ao seu conhecimento de Libras e suas expectativas e impressões em relação à realização e à certificação no referido exame.

3.3 Procedimentos

Após a realização da prova prática, os candidatos eram informados pelas pesquisadoras sobre a realização da pesquisa e convidados a, voluntariamente, responder o instrumento. Para os candidatos surdos, havia uma intérprete que colaborava no esclarecimento de dúvidas de vocabulário, ou organização dos enunciados das questões.

4. A Realidade Encontrada

Quanto ao perfil dos candidatos, foi possível observar que dos 171 que responderam ao instrumento de pesquisa, 126 são do sexo feminino, 41 do sexo masculino e três não identificaram o sexo, o que sinaliza que seja como docente, seja como intérprete de Libras, há prevalência do sexo feminino na mediação do acesso ao conhecimento pelos surdos, sobretudo no ambiente escolar.

Apenas dois candidatos não-surdos declararam possuir pai ou mãe surdos, 164 responderam que seus pais são ouvintes e cinco não responderam à questão. Se comparado aos percentuais apresentados em pesquisas na área⁵, nas quais se constata que em média 5% dos surdos são filhos de

pais surdos; esse dado revela que nenhum dos surdos avaliados se apropriou da Libras como língua materna, no contexto familiar. Seria interessante observar em análises futuras se essa condição influiria decisivamente na comprovação da proficiência em língua de sinais.

Com relação ao mundo do trabalho, é possível verificar que a principal área de atuação dos candidatos em ambas as categorias – proficiência em uso e ensino e tradução /interpretação – é a Educação, regular e especial, nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Como afirmamos na introdução deste texto, o maior impacto social do reconhecimento político da diferença lingüística dos surdos pode ser observado no ambiente escolar. Certamente, a gradativa ampliação dos debates e políticas de inclusão escolar foi determinante para a contratação do docente de Libras e do profissional tradutor/intérprete nas instituições de ensino, compondo os apoios especializados ao aluno surdo.

Quanto ao aprendizado da Libras, 137 sujeitos da pesquisa responderam que já haviam feito curso de libras, enquanto 34 disseram que não. Entre os surdos, ao serem questionados onde aprenderam libras, 60% declararam que aprenderam na comunidade surda, seja em associações, igrejas ou com amigos; 26 % em escolas e classes especiais; 12% de forma combinada (cursos e comunidade) e apenas 2% com membros da família. A menção ao aprendizado de forma combinada ocorreu apenas entre os candidatos de nível superior.

Com relação aos não surdos, os dados são bastante diferenciados dos surdos, com predominância do aprendizado formal, em cursos, em escolas especiais e igrejas, totalizando 81% que indicaram os cursos como a principal fonte de seu conhecimento. A menção à associação ou convívio com surdos aparece apenas entre os candidatos de nível médio.

Esse fato remete à política de capacitação profissional da Secretaria de Educação, voltada à implantação da proposta de educação bilíngüe no sistema de ensino, em que a totalidade dos eventos ofertados na área, no período de 1995-2006, no Estado do Paraná, focou a discussão de variáveis teórico-metodológicas implicadas no bilingüismo na educação de surdos, com a oferta de cursos de Libras (básico, intermediário, aprofundado), formação de instrutores surdos de Libras e intérpretes, reflexões sobre o currículo na educação de surdos, entre outros temas (PARANÁ, 1999, p.2).

A rápida difusão da língua de sinais mobilizou a comunidade a lutar pela oficialização da Libras, em nível estadual, o que se deu por meio da aprovação da Lei Estadual nº 12095/98, oportunizando a formação de instrutores surdos para a docência da Libras. Os educadores surdos à frente dessa ação, oriundos dos 31 Núcleos Regionais de Educação do Estado, foram capacitados como instrutores para a multiplicação de cursos básicos de Libras em sua região. Essa política foi progressivamente ampliada ao longo da última década e, atualmente, conforme informa a SEED-PR/DEE, há mais de 150 instrutores surdos capacitados em 123 municípios do Estado, dos quais grande parte atua em escolas para surdos, públicas ou conveniadas, além de secretarias municipais de educação.

Os resultados positivos desse processo foram demonstrados na 1a. edição do Prolibras, em que o Paraná figurou como segundo colocado em números de inscritos, com ótimo nível de aprovação de surdos.

Quanto à origem, observou-se que 70% dos participantes são oriundos de municípios em que há escolas especiais. Segundo dados estatísticos, obtidos junto ao Departamento de Educação Especial, da Secretaria de Estado da Educação, referentes ao ano de 2005, dos 399 municípios do Estado, há 19 escolas para surdos localizadas em 15 municípios, em que se encontram 46.9% do total de alunos surdos matriculados.

Sabe-se que os serviços ofertados pela Educação Especial são, via de regra, a possibilidade mais efetiva para viabilizar uma proposta de educação lingüística diferenciada para surdos. Como a maioria das crianças surda é oriunda de famílias ouvintes, não aprendem espontaneamente o português oral, que deveria ser sua língua materna. Também, no seio de uma família de ouvintes, tampouco aprendem sinais, que dada a modalidade visual-espacial oportunizaria o desenvolvimento da linguagem, naturalmente, tal como ocorre com crianças que ouvem (SÁNCHEZ, 1990). Se as famílias são de pais ouvintes, o espaço privilegiado para o aprendizado da língua de sinais pelos surdos será, inevitavelmente, o das escolas e classes especiais onde há a possibilidade de interação com os pares surdos e com professores especializados, os quais, supostamente, dominariam a língua de sinais.

No entanto, essa realidade revela um grande paradoxo: a escola (sobretudo a especial) representa para o aluno surdo o único lugar para aprender Libras (já que seus pais não a dominam), além de ser o espaço exclusivo para a aprendizagem acadêmica e acesso ao conhecimento formal. Ao mesmo tempo, é na escola que os professores vivenciam suas experiências de aprendizes da língua de sinais para, por meio dela, assumir o seu papel de educadores. Se estão ocupados em aprender a língua de sinais, como exercem seu papel central na mediação dos conteúdos científicos, objeto da ação da escola? (FERNANDES, 2003).

Quem ensina quem? De que forma a escola oportuniza a educação lingüística de surdos e

profissionais? Em que medida a manufatura de escolas para surdos é difundida na comunidade? Em que sentido a relação escola para surdos/proficiência lingüística é recíproca?

O Prolibras poderia nos dar uma resposta a essas questões, por meio do mapeamento detalhado dos contextos de apropriação e uso da Libras pelos candidatos habilitados, em nível nacional.

Ao analisarmos os dados referentes à opinião do nível da prova objetiva, que tinha como objetivo avaliar habilidades de compreensão da Libras pelos candidatos, observamos que 67% dos participantes consideram de nível médio, 18% difícil e 15% fácil. No entanto, ao detalharmos essa análise, observamos que apenas 1% dos candidatos surdos consideraram a prova difícil, 67% médio e 32% fácil.

Em relação à prova prática, o resultado geral aponta que 19% dos candidatos considerou fácil, 48% médio e 33% difícil. Comparando-se os resultados, entre os candidatos surdos temos os seguintes percentuais 34% fácil, 47% médio e 19% difícil. Com base na análise das respostas dos candidatos (sem termos como avaliar seu nível de proficiência) observa-se que são os candidatos não-surdos os que encontram maiores dificuldades, justificando a falta de compreensão à rapidez na sinalização ou digitação, por parte dos sinalizadores, e, principalmente, ao desconhecimento de regionalismos.

Como se sabe, sejam faladas ou sinalizadas, é próprio das línguas a pluralidade de manifestações visto que o mito da unidade lingüística é uma idealização. A variação compreende mudanças históricas, geográficas e sociais, já que a diversidade dos grupos que compõem a sociedade também se manifesta na língua. Os regionalismos, ou seja, sinais diferentes para se dizer uma mesma coisa, não interfere prioritariamente na base lexical e gramatical nacional da Libras, sendo possível que sinalizadores de espaços geográficos distintos comuniquem-se perfeitamente. Os aspectos da variação, de mais difícil identificação, são aqueles motivados por aspectos pessoais, próprios do modo de vida e expressão do falante, conhecidos como idioletos, ou para deixar mais claro "sotaques gestuais". Além desses, figuram as gírias, expressões idiomáticas e os chamados elementos do léxico nativo, que se estruturam combinando classificadores e elementos não-manuais (que também são gramaticais) para produzir sentidos.

Enfim, a complexidade da língua repousa justamente nesses aspectos, ou seja, naqueles sinais/enunciados que não são produzidos com base em empréstimos do português, ou apoiados na soletração. E é justamente nessa dimensão discursiva da Libras que pessoas não-surdas apresentam dificuldades, pois é apenas no discurso que a língua manifesta marcas culturais, idiosincrasias, jogos de poder e regras de interação, as quais não são ensinadas em cursos, ou no ambiente escolar, mas apropriadas no convívio efetivo com a comunidade surda.

Exames de proficiência, de modo geral, costumam avaliar habilidades comunicativas e gramaticais gerais e o grau de familiaridade e relação do candidato com diferentes aspectos da língua. Propõem-se apenas a tirar um retrato, o mais fiel possível, das habilidades da pessoa no momento em que esta se submete ao exame.

A forma como os resultados do exame são apresentados atualmente não nos possibilita o levantamento de quais conteúdos lingüísticos constituem maior nível de dificuldade para o candidato, uma vez que não temos como mapear as questões confrontando habilidade avaliada com seu desempenho. Sistematizados, o conhecimento desses dados contribuiria para a organização das metodologias de ensino da Libras como segunda língua, priorizando conteúdos de mais difícil apreensão pelo usuário não-nativo.

A discussão da qualidade do conhecimento lingüístico de usuários não-nativos da língua, que obtém certificação no Prolibras, tem demandado uma questão de fundo extremamente complexa que traz à tona um debate ético e mobiliza opiniões contraditórias e polêmicas na comunidade surda: a abertura da docência de Libras à profissionais não-surdos.

O Decreto Federal 5.626/2005 admite em seu Capítulo III - Da formação do professor e instrutor de Libras que as pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação para docência da Libras. No entanto, de modo a reconhecer as inúmeras dificuldades dos desdobramentos desse preceito legal e considerando a diversidade sócio-econômica e cultural do Brasil, há a concessão para que, nos próximos dez anos, pessoas não-surdas possam exercer a docência da Libras, desde que comprovada sua proficiência por meio da certificação do Prolibras.

Esse precedente contribuiu para que inúmeros profissionais intérpretes com reconhecida fluência lingüística pela comunidade surda optassem por candidatar-se ao exame de proficiência em uso e ensino da Libras, seguidos por outros jovens aprendizes que vêem nessa abertura um promissor campo de trabalho que se encontra em reconhecida expansão.

Na primeira edição do Prolibras no Estado do Paraná, o número de candidatos não-surdos pleiteando certificação para docência em Libras não alcançava mais que 10% do total, sendo que

apenas dois foram aprovados para o nível superior e dois para o nível médio. Já na segunda edição, houve uma mudança expressiva nesse número: do total de candidatos à proficiência 72% eram surdos e 28% não-surdos; se considerarmos os níveis de ensino, esse percentual assume 35% de candidatos não-surdos no nível superior.

O código de ética da Feneis⁷ indica que o ensino da língua de sinais deve, necessariamente, ser ocupado pelo sujeito surdo, representante 'legítimo' de sua cultura ou, na ausência deste, de filhos ouvintes de pais surdos, cuja primeira língua tenha sido a de sinais. Para a comunidade surda organizada, se esse espaço for ocupado por pessoas ouvintes, novamente incorrer-se-ia no mesmo erro histórico que subjugou os surdos à lógica ouvintista, com relações de poderes e saberes assimetricamente determinadas socialmente.

O fato de termos um grupo majoritário de profissionais não-surdos à frente da educação bilíngüe acarreta alguns problemas de caráter prático. A utilização da prática bimodal⁸ pelos professores tem sido denunciada como a ameaça mais significativa para a difusão da Libras, porque interfere diretamente nos modelos lingüísticos que são oferecidos às crianças surdas e demais membros da comunidade.

Essa é uma situação gravíssima, que não pode ser ignorada, tendo em vista que o universo de interlocutores bimodais para os surdos, no contexto escolar, é bastante significativo. Esse é o principal argumento da comunidade surda ao criticar o precedente para que 'professores bilíngües ouvintes' possam exercer a função de docentes da Libras.

Por outro lado, os candidatos não-surdos aprovados no Prolibras como docentes (geralmente intérpretes) argumentam que o exame legitima sua proficiência na língua, colocando-os em situação de igualdade com os surdos, independentemente de serem usuários nativos. Há a argumentação dos intérpretes que se candidatam à função docente, demonstrando que sua ação é construtiva, considerando que há inúmeras localidades em que não há surdos que possam exercer esse papel, o que inviabilizaria a difusão da Libras na região. Por fim, argumentam que o Prolibras legitima sua proficiência na língua, requisito indispensável ao exercício da função docente em competência idêntica a dos surdos.

Essa discussão remete às relações de poder historicamente demarcadas entre surdos e ouvintes. A comunidade surda manifesta-se ameaçada, negligenciada por políticas públicas e pela ambição de intérpretes que lhes cerceiam a oportunidade de protagonismo histórico na condução da educação lingüística que há séculos lhe foi negado.

Há complexas questões éticas e de relações de poderes e saberes atravessadas nesse debate em que a luta por reconhecimento social mobiliza vozes sociais contraditórias, cada uma buscando enunciar sua 'verdade'. Essas guerras discursivas em que se confrontam intérpretes, que se submeteram ao exame de proficiência na condição de docentes, e surdos que lutam pela possibilidade de ocupar um 'lugar social' que simbolize sua abolição das representações deficitárias, caracterizam a arena de lutas na situação de bilingüismo dos surdos na atualidade.

5. Considerações Finais

Os dados apresentados e discutidos neste artigo tiveram como objetivo, além de caracterizar, brevemente, o perfil dos participantes da 2ª edição do Prolibras no estado do Paraná, oferecer subsídios à reflexão do impacto desse processo nos sistemas de ensino, considerando que essa é a área majoritária na absorção dos candidatos habilitados pelo Exame.

Dentre as questões abertas do instrumento de pesquisa estava a indagação relacionada à opinião dos candidatos quanto ao significado do Prolibras para sua vida profissional. Do conjunto de respostas apresentadas pelos candidatos não-surdos foram apreendidas três categorias relacionadas à atuação profissional. A primeira categoria relaciona a certificação no Prolibras com a oportunidade de inserção no mundo do trabalho; a segunda categoria avalia como uma forma de melhoria de suas atuais condições de trabalho; a terceira categoria analisa o Prolibras como um caminho que oportunizará a melhoria na qualidade de apoio e atendimento aos surdos. Uma quarta categoria inferida considera o Exame uma forma de auto-avaliação quanto aos seus conhecimentos da Libras, ou seja, identifica seu real objetivo.

Por sua vez, as respostas dos surdos estão relacionadas ao campo das representações sociais: vêem na certificação do Prolibras uma oportunidade para entrar no mercado de trabalho e serem reconhecidos como profissionais qualificados e capazes.

Sabe-se que embora oficializada em território nacional, a Libras segue desconhecida pela maioria da sociedade e, à semelhança de outros idiomas minoritários, como as diversas línguas indígenas, não possui prestígio social.

Contrariamente a exames de proficiência relacionados a línguas estrangeiras, o Prolibras preocupou-se em avaliar, também, aspectos culturais e sociais inerentes à situação de bilingüismo dos

surdos brasileiros, ainda incipiente no cenário nacional. Embora não seja seu objetivo, a certificação possibilitada pelo Exame estabelecerá novos rumos tanto para a formação inicial dos docentes, com a inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura, quanto para sua maior inserção na educação básica com o ensino da Libras como segunda língua para estudantes não-surdos.

Vem daí nossa última reflexão destacar a urgência de ações voltadas à formação teórico-metodológica dos profissionais habilitados pelo Exame, dada a fragilidade e inexistência de sua formação inicial revelada nos dados. Dominar uma língua não implica, necessariamente, estar qualificado para ensiná-la.

Em função dos objetivos dos participantes estarem quase que totalmente vinculados a sua atuação no mundo profissional, a formação continuada é a demanda mais significativa dos futuros desdobramentos do Prolibras no âmbito das políticas públicas.

Referências

- BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 2005.
- FERNANDES, S. Surdez e linguagens: é possível o diálogo entre as diferenças? 1998, Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Documento Básico: Programa Nacional para Certificação de Proficiência em Libras e Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras - PROLIBRAS. Brasília, 2006. (mimeo)
- BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Prolibras - Exame Nacional de Certificação na Libras: Florianópolis: Relatório estatístico por local, certificação e categoria. UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.prolibras.ufsc.br>
- PARANÁ. SEED. Relatório das ações: área da surdez. gestão 95-99. Curitiba, 1999.
- QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- SÁNCHEZ, C. La increíble y triste historia de la sordera. Caracas: CEPROSORD, 1990.
- UFSC. COPERVE. Edital 05/2007. Declara aberta as inscrições ao Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino da Libras e para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação da Libras/Português/Libras, denominado Prolibras, conforme Decreto 5.626/05. Florianópolis, 2007.

Notas

- 1 A primeira edição do Prolibras corresponde ao ano de 2006, entretanto a realização do Exame ocorreu em janeiro de 2007. A segunda edição do Prolibras ocorreu em outubro de 2007 e corresponde a edição de 2007.
- 2 A utilização do termo minoria lingüística neste texto não pretende gerar um sentido negativo ou de inferioridade à língua de sinais dos surdos em relação ao português. Nossa opção se deve ao fato de que esse é o termo adotado pela ONU, oficialmente, ao referir-se, em suas políticas, a grupos lingüísticos minoritários que são discriminados em comunidades que têm uma língua oficial diversa daquela utilizada pelo grupo em questão.
- 3 Núcleo da Pró-Reitoria de Graduação da UFPR, criado em 2006.
- 4 A aluna Vanessa Goltz da UFPR colaborou com a sistematização e tabulação dos dados coletados na pesquisa.
- 5 Dentre alguns autores que fazem menção a esse fato estão Quadros (1997) e Sánchez (1990).
- 6 Organização político-administrativa adotada pela SEED/PR para melhor gestão das demandas locais. Atualmente são 32 os Núcleos Regionais de Educação.
- 7 Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (FENEIS). (RID - Registro dos Intérpretes para Surdos - em 28-29 de janeiro de 1965, Washington, EUA) Adaptação dos Representantes dos Estados Brasileiros - Aprovado por ocasião do II(2) Encontro Nacional de Intérpretes - Rio de Janeiro/RJ/Brasil - 1992.
- 8 O bimodalismo constitui uma prática que pressupõe o uso concomitante da oralidade e da Libras na comunicação com os surdos. Seu gera uma situação de acomodação, uma vez que a sinalização é dependente e subordinada à estrutura sintática da língua portuguesa, ocasionando erros sintáticos e semânticos na Libras.

Laura Ceretta Moreira – Rua General Carneiro, 460. Prédio D. Pedro I, DEPLAE/ Setor de Educação/UFPR, 5º andar. Curitiba. PR.
E-mail: lauracm@ufpr.br

Sueli de Fátima Fernandes – Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Especial. Av. Água Verde, 2140. Sala 21. Curitiba – PR.
E-mail: suelif@seed.pr.gov.br

Recebido em 05 setembro 2007
Aprovado em 25 de outubro de 2007

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

[Cadernos :: edição: 2007 - Nº 30](#) > [Editorial](#) > [Índice](#) > [Resumo](#) > **[Artigo](#)**